

HABEAS CORPUS Nº 543.079 - SP (2019/0327037-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **ARMANDO FILHO BERCHOL REIS**
ADVOGADO : **ARMANDO FILHO BERCHOL REIS - SP137119**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **CLOVES VENANCIO DA SILVA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CLOVES VENANCIO DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 12, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, à pena de 1 ano de reclusão, em regime aberto, substituída por restritivas de direitos. Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, ao qual se deu provimento para alterar o tipo penal imputado para o art. 16 do mesmo Diploma, redimensionando a pena para 3 anos de reclusão, mantida a substituição.

Após o trânsito em julgado, o impetrante pugnou pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, haja vista o decurso de mais de 8 anos entre a data do recebimento da denúncia, em 21/10/2009, e a publicação do acórdão que julgou o recurso de apelação, em 23/4/2018. O pedido foi indeferido, motivo pelo qual foi impetrado prévio *mandamus*, o qual foi indeferido liminarmente por não ser o instrumento processual adequado.

Contudo, por se encontrar na iminência de dar cumprimento à pena que se encontra, a seu ver, prescrita, entende ser adequada a utilização do *habeas corpus*. Ademais, afirma ser manifesto o constrangimento ilegal, por entender que a sentença condenatória não pode ser considerada como marco interruptivo, uma vez que foi anulada pelo Tribunal de origem, que inaugurou novo édito condenatório.

Pugna, liminarmente, pela suspensão da condenação. No mérito,

pede o reconhecimento da extinção da punibilidade.

A liminar foi indeferida e o Ministério Público Federal se manifestou, às e-STJ fls. 48/53, pelo não conhecimento do *mandamus*, nos seguintes termos:

HABEAS CORPUS. PLEITO DE RECONHECIMENTO DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESSA C. CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. Parecer pelo não conhecimento do writ.

É o relatório. **Decido.**

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer. Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo do recurso próprio. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Visa o impetrante, em síntese, o reconhecimento da extinção da punibilidade do paciente, em virtude da prescrição da pretensão punitiva estatal. Contudo, a insurgência não merece prosperar.

De fato, compulsando os autos, verifica-se que o acórdão que julgou o recurso de apelação do Ministério Público não anulou a sentença condenatória, mas apenas a reformou, para modificar a condenação do paciente. Dessa forma, não é possível desconsiderar a publicação da sentença condenatória

como marco interruptivo da prescrição da pretensão punitiva estatal.

Anoto, ainda, por relevante, que os precedentes desta Corte são no sentido de que, "havendo substancial modificação da sentença pelo acórdão, que não apenas aumentou o quantum de pena, mas também o próprio lapso prescricional, deve ele ser considerado **novo marco interruptivo** da prescrição". (AgRg no AREsp 743.426/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).

Ante o exposto, **não conheço** do *mandamus*.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator